

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS-PORTUGUÊS

PALOMA FIA RANGEL SABADINI

**A LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA INFANTIL NO PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO RACIAL**

Venda Nova do Imigrante - ES

2022

PALOMA FIA RANGEL SABADINI

**A LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA INFANTIL NO PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO RACIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenadoria do curso de Licenciatura em Letras-Português do Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Venda Nova do Imigrante, como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Letras-Português.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Almeida Rozario Júnior

Venda Nova do Imigrante - ES

2022

(Biblioteca do Campus Venda Nova do Imigrante)

S113I Sabadini, Paloma Fia Rangel.

A literatura negro-brasileira infantil no processo de construção do letramento racial / Paloma Fia Rangel Sabadini. - 2022.
56 f. : il..

Orientador: Ivan Almeida Rozario Júnior

TCC (Graduação) Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Venda Nova do Imigrante, Licenciatura em Letras Português, 2022.

1. Literatura infanto-juvenil. 2. Negros na literatura. 3. Prática de ensino. I. Rozario Júnior, Ivan Almeida. II. Título III. Instituto Federal do Espírito Santo.

CDD: 808.8907

Bibliotecário/a: Eliana Bedim Teodoro Moulin Zampirolli CRB6-ES nº 799



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS VENDA NOVA DO

ANEXO V

FORMULÁRIO DE PARECER DA APRESENTAÇÃO FINAL DO TCC II

O(A) discente Paloma Fia Rangel Sabadini

Apresentou a versão final do TCC com o título “A LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA INFANTIL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO RACIAL” ao Curso de Licenciatura em Letras-Português do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo – Campus Venda Nova do Imigrante, como requisito para aprovação no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso.

O trabalho obteve nota [95,0], com o seguinte parecer:

Aprovação, sem reservas, do Trabalho de Conclusão de Curso.

Aprovação somente após satisfazer as exigências pré-determinadas, no prazo fixado pelo Regulamento (não superior ao término do período letivo).

Reprovação o Trabalho de Conclusão de Curso.

Assinatura do(a) Orientador (a)

.....
Assinatura do Avaliador (a) I*

.....
Assinatura do Avaliador (a) II*

* Preencher somente se houver banca examinadora.

Venda Nova do Imigrante, 16 de março de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo seu infinito amor. Aos meus pais, que nunca mediram esforços para apoiarem meus estudos. Ao meu admirável marido, por ser o meu maior companheiro e incentivador em tudo que faço. Ao meu amado filho, que chegou para renovar minhas forças e pelo qual sempre buscarei ser melhor. Aos meus colegas e professores que foram essenciais não só para minha formação, mas que trouxeram ensinamentos que levarei para a vida toda

Para termos uma sociedade mais justa e igualitária, temos que mobilizar todas as identidades, ou seja, a identidade racial branca e a identidade racial negra para refletir sobre raça, racismo e possíveis formas de letramento racial crítico e fazer um trabalho crítico no contexto escolar.

Aparecida de Jesus Ferreira

RESUMO

O trabalho com a Literatura negro-brasileira em sala de aula, é tão importante quanto às demais. Pois, para além de todo prazer que possa proporcionar ao leitor, é fundamental para que haja visibilidade e a valorização da cultura africana e afro-brasileira. Dessa forma, ao se verem representadas em papéis de destaque e ampliar o conhecimento sobre essa cultura, crianças negras podem trabalhar sua autoestima e todas podem ampliar seu pensamento crítico e uma educação estética com base no bom trabalho com obras literárias. A presente pesquisa tematiza o uso da literatura negro-brasileira para o público infantil, e objetiva discutir de que forma esse tipo de literatura pode contribuir para a construção do letramento racial. Caracterizada metodologicamente como uma pesquisa exploratória e de caráter bibliográfico, baseia-se em contribuições de autores como De Oliveira (2020), Farias (2018) e Pereira e Lacerda (2019). Conclui que a obra literária analisada, evidencia, por meio da ancestralidade e letramento racial, a construção da identidade negra e como ela pode ser anulada como consequência de racismo estrutural, caso não haja intervenções.

Palavras-chave: Literatura negro-brasileira infantil. Letramento racial. Racismo.

ABSTRACT

The work with black-Brazilian literature in the classroom is as important as the others. For, in addition to all the pleasure it can provide the reader, it is essential for there to be and appreciation of African and Afro-Brazilian culture. In this way, as they see their works, expand their work and study on all outstanding children, and expand their thinking about all children's education, they can expand their thinking about all children's education, and they can expand their thinking. with all his literary works. The research thematizes the use of black-Brazilian literature, and presents objectively how this type of literature can contribute to the construction of racial literacy. Methodologically characterized as an exploratory and bibliographic research, based on contributions from authors such as De Oliveira (2020), Farias (2018) and Pereira and Lacerda (2019). It concludes that the literary work is evidence, through ancestry and racial literacy, the construction of black identity and how it can be annulled as structural, there are no interventions.

Keywords: Black-Brazilian children's literature. Racial literacy. Racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: <i>Capa do livro O Black Power de Akin</i>	31
Figura 2: <i>Descontentamento de Akin com o seu cabelo Black Power</i>	33
Figura 3: Racismo Estrutural.....	34
Figura 4: O caçador.....	36
Figura 5: Desejo de ser quem não é	37
Figura 6: <i>Ancestralidade e representatividade</i>	39
Figura 7: A cura interior.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: <i>Competências Gerais da Educação Básica – BNCC</i>	46
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	OBJETIVOS.....	12
2.1	Objetivo Geral	12
2.2	Objetivos Específicos	12
3	JUSTIFICATIVA.....	13
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
4.1	A Literatura Infantil no currículo escolar.....	16
4.2	O papel da leitura nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	19
4.3	A História e a Cultura Afro-Brasileira na formação escolar	21
4.4	O Letramento Racial na construção de uma educação antirracista	25
4.5	A Pedagogia da Ancestralidade na Construção de uma Educação Antirracista	26
5	METODOLOGIA	29
6	ANÁLISE DO CORPUS.....	31
7	DISCUSSÃO.....	43
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

Ao analisar o processo de formação da população brasileira, é possível se deparar com a mistura de muitas etnias que constituem-se como parte da história do país. Essa miscigenação, cujo início se deu a partir da invasão do território brasileiro por colonizadores brancos portugueses, trouxe consigo a diversidade étnico-racial, formada basicamente por índios, europeus e africanos. No entanto, os brancos europeus evidenciavam um discurso que pregava o protagonismo europeu, em contraste com a visão de inferioridade dos povos indígenas e africanos (BEZERRA, 2014). Assim, os grupos classificados como menos importantes passaram a ser explorados, violentados e escravizados.

Nessa perspectiva, negros foram trazidos do continente africano de maneira forçada, violenta e desumana. Vale ressaltar que trouxeram uma grande bagagem cultural, que influenciou diretamente na cultura brasileira, mas, infelizmente, pouco valorizada, uma vez que foram classificados como mercadoria e sua participação na história foi desconsiderada, apesar de terem assumido um papel fundamental na construção das riquezas do país que se formava, isto é, passaram por uma expropriação de suas crenças, culturas e história, tendo o apagamento de suas subjetividades, tornando-se seres objetificados. Sobre isso, Fernandes (2005) explica que, ao citar a cultura desses grupos étnicos, o enfoque dado era de um mero legado deixado, mas sempre reforçando a superioridade da cultura europeia.

A escravidão no Brasil durou mais de trezentos anos e foi marcada por muita luta e resistência da população negra. No entanto, com a abolição da escravatura, em 1888, os escravos, agora livres, foram obrigados a se adaptar à uma sociedade que aprendeu por séculos que o povo negro era inferior, isto é, os ex-escravos, a partir daquele momento, são largados e marginalizados, sem nenhuma política de reparação financeira pelos anos de escravização, sem moradia ou qualquer auxílio.

Nesse cenário histórico, as pautas ligadas à garantia de direitos à população negra se fortalecem, em especial com o surgimento de vários grupos com o intuito de unir os jovens negros e denunciar o preconceito, intitulado de Movimento Negro Unificado (MNU), em 1979. É a partir das provocações do MNU e de um trabalho árduo de mobilização de alguns ativistas, como Abdias Nascimento, Lélia Gonzaléz, dentre outros, que o movimento tem ganhado cada vez mais força e notoriedade na luta contra a discriminação e, aos poucos, conquistando seu espaço e o reconhecimento da necessidade de que é preciso oferecer condições para a igualdade de direitos,

independentemente da etnia ou quaisquer outras características, assim, vão surgindo algumas políticas públicas voltadas à população negra.

Assim, considerando a necessidade urgente de incluir no currículo escolar conteúdos relacionados às contribuições dos povos africanos para a nossa história e, principalmente, promover uma educação democrática e igualitária que respeite e valorize as diferenças étnicas, foi criada a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura dos africanos e afro-brasileiros.

Como consequência, a lei também interfere no currículo de formação docente, considerando que a Universidade é um espaço de construção e socialização de todo conhecimento produzido pela humanidade ao longo dos tempos. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, entende-se que os cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior devem incluir nos conteúdos e atividades curriculares a Educação das Relações Étnico-Raciais de acordo com o Parecer CNE 3/2004. (NASCIMENTO et al., 2014, p.1)

É possível sinalizar a influência do Movimento Negro na educação, conforme as autoras explicam, diante da elaboração de uma lei que vise exclusivamente garantir a obrigatoriedade dos estudos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira. A mudança de comportamento da comunidade antes discriminada, através de lutas e ações a partir do final da década de 70 e organização do Movimento Negro, culminou, ainda, no desejo de “retirar a mordaza” e expressar a indignação pelo tratamento direcionado a eles e, de fato, questionar e buscar meios para que essa situação seja mudada.

Com isso, considerando que os valores não são inatos, mas sim, construídos ao longo da formação do indivíduo, além das famílias e dos governos, também é papel da escola fomentar a construção de uma consciência étnico-racial em seus estudantes, por meio de práticas pedagógicas, desde os primeiros contatos com a educação formal, visando desenvolver o respeito e a valorização da cultura do próximo.

Nessa perspectiva, o trabalho com a literatura infantil pode representar uma importante estratégia no combate ao chamado Racismo Estrutural, que se dá com a formação de um conjunto de práticas racistas de cunho institucional, interpessoal, cultural e até mesmo histórico que estrutura a sociedade.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de

maneira ativa e como um problema a desigualdade racial, irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais. (ALMEIDA, 2019)

Com isso, torna-se extremamente importante implantar medidas que revertam essa estrutura. É crucial o reflexo de uma educação engajada em promover a formação e a valorização da identidade negra, a partir da desconstrução de ideias difundidas ao longo da história e reconstrução de uma narrativa em que os grupos étnico-raciais minorizados sejam os sujeitos de sua própria história. Dessa forma, é fundamental que haja mudanças efetivas no currículo escolar, considerando que as leis brasileiras garantem o direito a uma educação de qualidade e igualitária. Neste sentido, o letramento racial surge como uma temática atual e necessária, visando ao desenvolvimento de uma educação antirracista que contribua para uma sociedade livre de preconceitos.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Compreender de que forma a literatura negro-brasileira, escrita para o público infantil, pode contribuir na construção do letramento racial.

2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar um breve histórico da literatura infantil e suas diferentes abordagens;
- Entender a importância da leitura por meio da legislação da educação brasileira;
- Elencar os conceitos de Educação das Relações Étnico-Raciais, Literatura Negro-Brasileira e Letramento Racial;
- Traçar possíveis estratégias de ação na construção do letramento racial a partir da análise da obra "O Black Power de Akin", da escritora Kiusam de Oliveira.

3 JUSTIFICATIVA

A elaboração de políticas afirmativas, como a Lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, na prática, infelizmente não foi suficiente para que esses conteúdos fossem retratados com a devida valorização da identidade racial. Posteriormente, foi criada a Lei 11.645/08, que passou a considerar também o ensino da história e cultura dos povos indígenas. Contudo, apesar do amparo legal voltado especificamente à valorização dos grupos étnicos inferiorizados ao longo dos séculos, ainda não há um trabalho efetivamente significativo, bem como a formação de docentes que considerem a importância do Letramento Racial Crítico como parte do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Skerrett, (apud DE JESUS FERREIRA, 2014, p. 250) "Letramento Racial tem uma compreensão poderosa e complexa da forma como a raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais dos indivíduos e dos grupos".

Diante disso, é necessário identificar caminhos e ressaltar a importância de abordar temas étnicos-raciais no espaço escolar desde a educação infantil, para a construção de um letramento racial.

Vale dizer que, para termos uma sociedade mais justa e igualitária, temos que mobilizar todas as identidades de raça branca e negra para refletir sobre raça e racismo e fazer um trabalho crítico no contexto escolar em todas as disciplinas do currículo escolar. (DE JESUS FERREIRA, 2014, p. 250)

Para isso, a utilização de livros de literatura infantil que abordem a representatividade negra, é um ótimo meio para o trabalho com o Letramento racial, pois permite ao professor mediar discussões sobre a diversidade cultural e formação de identidade, propondo, assim, um ensino antirracista e inclusivo, em que crianças negras também se sintam representadas através de uma história de livro. O intuito é desconstruir o racismo estrutural, que foi naturalizado pela sociedade, e adquirir consciência crítica de que o racismo não acabou, embora vivamos com uma falsa ideia de igualdade, em virtude do mito da Democracia Racial, que, para Matheus Ávila (p.10), "é uma ideia que acaba por maquiar uma realidade social altamente racista, excludente, conflitante e discriminatória, além de aprofundar as raízes e estratificações sociais injustas, legitimando a desigualdade social no Brasil".

Ao trabalhar com livros de literatura infantil, em que os personagens negros sejam retratados de forma positiva, em papéis de destaque, o professor oportuniza ao aluno a construção da sua identidade racial. Dessa maneira, surge a questão problema que pautará esta pesquisa: “Como desenvolver na educação infantil um letramento racial a partir do trabalho com a Literatura Negro-Brasileira Infantil, visando combater o racismo estrutural dentro do espaço escolar?”

Como letramento racial, entende-se uma forma de ensino “que se propõe a estudar e entender como as relações de poder são engendradas para modelar as identidades de raça e como essas identidades atuam no seio das sociedades” (PEREIRA e LACERDA, 2019, p. 95). Já a identidade racial diz respeito ao sentimento de pertencimento ao grupo étnico que o representa, considerando toda a construção social, histórica e cultural (DE OLIVEIRA, 2004). Sobre esses conceitos, é possível afirmar que não são formados de imediato, mas sim, precisam ser construídos ao longo do tempo, com as experiências e com muito estudo.

Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não – nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma. (GOMES, 2005, p. 44).

Nesse processo de construção, a atuação da escola tem grande destaque, considerando que as ações desenvolvidas durante as etapas da educação formal podem influir na vida social do indivíduo, portanto, uma forma de desenvolver essa abordagem é utilizando uma linguagem própria da criança a partir da literatura infantil. Quando pensamos em literatura infantil, é comum, ao analisarmos as obras que geralmente são usadas nas aulas de educação infantil, nos depararmos com o reflexo da pouca visibilidade dos negros, sobretudo nos livros clássicos, que contam histórias sobre príncipes e princesas. Os personagens principais são brancos, ora com cabelos loiros, ora ruivos ou escuros, mas a cor da pele é sempre muito clara.

Diante disso, as crianças constroem uma imagem de beleza, associada a esses personagens, de acordo com as características que aprenderam a admirar. Ou seja,

exalta a identidade branca e passam a acreditar que as características próprias dos negros são menos bonitas. Essa situação pode ser constatada ao observarmos os inúmeros procedimentos que são realizados por pessoas que buscam enquadrar-se nesse padrão, por meio de cirurgias ou modificações nos cabelos.

Nessa perspectiva, é possível inferir que quando livros em que personagens negros ocupam um protagonismo na narrativa, que antes era ocupado exclusivamente por brancos, permite à criança negra visualizar a beleza existente nos traços característicos da sua etnia, de modo que queira exaltá-la e valorizá-la.

Assim, a hipótese levantada nesta pesquisa é de que o trabalho envolvendo obras literárias de autores negros, que apresentem o negro em sua beleza e relevância, como protagonistas e de forma positiva, favorece a constituição de uma identificação racial e uma sensação de pertença a um grupo étnico, além de prezar por educação antirracista, formando cidadãos e cidadãs conscientes do seu papel na luta contra esse problema estrutural e estruturante em nossa sociedade brasileira.

A partir dessa reconstrução de padrões e da autoafirmação da sua identidade racial, a criança - e posteriormente o adulto atuante na sociedade, é capaz de se posicionar com segurança e consciência da sua importância, bem como da necessidade de lutar para que outras pessoas possam vivenciar a mesma experiência de engrandecer a sua cultura, a sua imagem, a sua história.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 A Literatura Infantil no currículo escolar

A literatura infantil surgiu por volta do século II a.C e, até hoje, tem cativado crianças de todo o mundo, despertando um grande fascínio e transmitindo o conhecimento e valores culturais de geração para geração, por meio da tradição oral, além de contribuir no desenvolvimento subjetivo das crianças. (LAJOLO, 1996).

Os primeiros contos não eram destinados às crianças, pois suas histórias continham conteúdos inadequados. Esses contos narravam o destino dos homens, eles eram contados por relatores que herdavam essa função de seu antepassado, sendo uma tradição de seu povo. (LAJOLO, 1996)

No século XVIII, surgiram, no mercado livreiro, as primeiras histórias escritas para o público infantil. Durante o Classicismo francês, período compreendido entre 1654 e 1715, também houve algumas publicações que foram adaptadas e estão presentes ainda no século XXI (LAJOLO E ZILBERMAN, 2007). É importante lembrar que o século XVIII foi marcado pela Revolução Industrial e pela consolidação da burguesia como classe social e, para tanto, a burguesia precisou incentivar instituições sociais que trabalhavam em seu favor, que eram a família e a escola.

A manutenção de um estereótipo familiar, que se estabiliza através da divisão do trabalho entre seus membros (ao pai, cabendo a sustentação econômica, e à mãe, a gerência da vida doméstica privada), converte-se na finalidade existencial do indivíduo. Contudo, para legitimá-la ainda foi necessário promover, em primeiro lugar, o beneficiário maior desse esforço conjunto: a criança. A preservação da infância impõe-se enquanto valor e meta de vida; porém, como sua efetivação somente pode se dar no espaço restrito, mas eficiente, da família, esta canaliza um prestígio social até então inusitado. A criança passa a deter um novo papel na sociedade, motivando o aparecimento de objetos industrializados (o brinquedo) e culturais (o livro) ou novos ramos da ciência (a psicologia infantil, a pedagogia ou a pediatria) de que ela é destinatária. (LAJOLO E ZILBERMAN, 2007, p. 16)

Como está exposto, foi a partir desse período que a criança ganha importância na sociedade e, com isso, a literatura voltada para o público infantil também tem uma ascensão. Nesse contexto, surgiu também outra instituição para subsidiar a política e

a ideologia da burguesia: a escola. Tendo sido facultativa e mesmo dispensável até o século XVIII, a escolarização converte-se aos poucos na atividade compulsória das crianças, bem como a frequência às salas de aula, seu destino natural. (LAJOLO E ZILBERMAN, 2007)

Entretanto, a escola incorpora ainda outros papéis, que contribuem para reforçar sua importância, tornando-a, a partir de então, imprescindível no quadro da vida social. E que, por força de dispositivos legais, ela passa a ser obrigatória para crianças de todos os segmentos da sociedade, e não apenas para as da burguesia. Ajuda, assim, a enxugar do mercado um contingente respeitável de operários mirins, ocupantes, nas fábricas, dos lugares dos adultos, isto é, dos desempregados que, na situação de prováveis subversivos ou criminosos, agitavam a ordem social sob o controle dos grupos no poder. (LAJOLO E ZILBERMAN, 2007, p. 16-17)

No Brasil, a literatura infantil começou a surgir somente no final do século XIX e, até então, apenas se tinha acesso a obras clássicas, traduzidas de outros países. “No Brasil, assim como na Europa, também a valorização dos livros se deu através da valorização desses, como recursos pedagógicos, com o intuito de demonstrar para as crianças bons exemplos de como viver em sociedade”. (BARROS, 2013, p. 17). Assim, à medida que a concepção de criança foi mudando, a necessidade de criar livros voltados a essa faixa etária também passou a ser considerada.

A criação de materiais didáticos para a população infantil passou a se mostrar relevante e, conseqüentemente, surgiram os livros de literatura infantil, que, em um primeiro momento, eram ainda traduções dos livros europeus, depois surgindo algumas produções próprias (nacionais), como “Contos Infantis”, de Júlia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira, e “Contos Pátrios”, de Olavo Bilac e Coelho Neto, dentre outros. (LAJOLO E ZILBERMAN, 2007).

Como já havia ocorrido na Europa, observou-se um projeto educativo e ideológico nos textos indicados para o público infantil e, mais uma vez, a escola era uma parceira neste processo. Dois livros despontaram na Europa, com a finalidade de demonstrar amor à pátria, respeito à família, aos mais velhos, dedicação aos mestres e à escola: “*Cuore*” de *Edmand de Amices*” e “*Le Tour de La France por deux garçons*” de G. Bruno, que ganharam adaptações brasileiras como em: “Através do Brasil” de Olavo Bilac e Manuel Bonfim, e “Por que me ufano de meu país” de Afonso Celso. (LAJOLO E ZILBERMAN, 2007).

Os livros, naturalmente, faziam menções à natureza, ao regionalismo, aos habitantes brasileiros e, assim, com o passar do tempo, foram aparecendo novos nomes na literatura infantil brasileira, como Monteiro Lobato, Cecília Meireles, Érico Veríssimo, Menotti Del Pichia, Graciliano Ramos, dentre outros.

De acordo com Jovino (2006), a figura do negro só apareceu na literatura infantil a partir do final da década de 20 e início da década de 30, no século XX. É decisivo lembrar que, no contexto histórico em que as primeiras histórias com personagens negras foram publicadas, era de uma sociedade que havia saído de um longo período de escravidão. Como consequência disso, as histórias difundidas nessa época buscavam evidenciar a condição inferior do negro. Como já havia de se esperar, não havia nesta época histórias nas quais os povos negros, bem como seus conhecimentos, sua cultura, sua história, fossem retratados de uma forma positiva.

No início do século XX, após a abolição da escravatura no Brasil, algumas representações do negro começam a aparecer na literatura, a princípio não relacionadas à importante contribuição cultural dos afrodescendentes para a história de nosso país, mas sim, com suas trajetórias de sofrimento e dor. A figura do negro era praticamente inexistente nos livros antes disso e, obviamente, não havia qualquer tipo de preocupação com a criança negra. (FARIAS, 2018, p. 18)

Assim, a representatividade do negro na literatura infantil passou, aos poucos, a ser inserida mesmo que de maneira bem discreta. Diante dessa situação, as referências presentes nas produções trabalhadas na escola são, na grande maioria, baseadas em um padrão estético branco, ignorando a presença de crianças negras na sala de aula e na própria sociedade brasileira.

Nas primeiras histórias, as personagens negras eram analfabetas e apenas repetiam o que ouviam, ou seja, não possuíam o conhecimento considerado erudito e eram representadas de um modo estereotipado e depreciativo, uma vez que essa representação de personagens negras decorre do contexto social a que estava submetido o povo negro, mas com o passar do tempo, esse cenário precisava mudar. Infelizmente, ainda hoje, em pleno século XXI, era da informação, essa é uma realidade que não se faz tão presente, não apenas em livros de literatura infantil, mas também em livros didáticos, seriados, novelas, filmes etc. Somente a partir de 1975 é que se encontra uma produção de literatura infantil um pouco mais comprometida com outra representação da vida social brasileira, ainda carregada de preconceitos, mas

uma literatura mais próxima do modo de vida do povo brasileiro. (JOVINO, 2006).

Contudo, foi a partir de 2003, com a promulgação da lei 10.639/03, que institui o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de todos os níveis, particulares ou públicas, que começou a haver publicações mais comprometidas com a temática africana e livros infantis, ressaltando a cultura africana e afro-brasileira e suas contribuições para o nosso país.

Com o passar do tempo, as tecnologias foram se aperfeiçoando, juntamente com a tipografia e a difusão do livro como mercadoria e, é nesse momento, que a escola desempenha sua atribuição, pois é por meio dela que a criança aprende a linguagem escrita e pode consumir literatura infantil. Inicia-se então o laço que une a literatura à escola. (CUNHA, 2014).

4.2 O papel da leitura nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A leitura consiste em uma importante etapa da educação, pois interfere diretamente na análise que o sujeito faz do mundo e da sua realidade. Trata-se de um recurso fundamental desde a alfabetização, quando permite ao aluno criar hipóteses de escrita, durante o processo de ensino e aprendizagem.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), que são normas que orientam o planejamento do currículo escolar, e o documento preliminar que estava em processo de elaboração, é necessário garantir aos alunos experiências

[...] de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos; (BRASIL, 2009, p.21)

Essa interação tem como base a leitura. Contudo, não se deve simplificar a leitura ao ato de decodificar símbolos, pois ler diz respeito a um conceito bem mais abrangente, uma vez que, de acordo com o contexto do leitor, é possível que haja vários significados e interpretações, envolvendo, portanto, um conhecimento de mundo e não apenas os códigos. (KRUG, 2015).

Sendo assim, conforme defende Reis e Godoy (2018), quando lê, a pessoa passa a

assumir um papel de participante do processo, interagindo com o texto e buscando significados, a partir de um processo de interação entre o autor e o leitor. Ou seja, o ato da leitura exige do indivíduo a capacidade de análise e reflexão para que possa construir sentido, de modo que essa leitura seja significativa.

A forma com que a leitura é trabalhada na escola tem grande influência na vida do aluno pois, o professor, como mediador no processo de ensino e aprendizagem, tem a possibilidade de formar leitores, que tenham de fato o hábito de ler e se utilizam dessa ferramenta para usufruir dos benefícios que esse ato proporciona, como o enriquecimento do vocabulário, estímulo à imaginação, exercício da atenção e interpretação, entre tantos outros. Sobre isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento de caráter normativo que contempla os conteúdos e as competências que regem a educação brasileira, destaca que:

A participação dos estudantes em atividades de leitura com demandas crescentes possibilita uma ampliação de repertório de experiências, práticas, gêneros e conhecimentos que podem ser acessados diante de novos textos, configurando-se como conhecimentos prévios em novas situações de leitura. (BRASIL, 2017, p. 75)

Nesse sentido, à medida que o aluno se apropria da leitura, constrói novos conhecimentos que servirão de base para novas construções posteriores e, conseqüentemente, quanto mais ele lê, maior será sua bagagem para adquirir novos conhecimentos. Assim, esse aluno, diante de novas experiências construídas a partir da leitura, terá um processo de aprendizagem mais significativo, considerando o fato de que a leitura “amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social” (BRASIL, 2017, p.63).

A BNCC também explicita a leitura como processo ativo de interação, salientando que o eixo Leitura decorrem dessa interação e de interpretações feitas pelo leitor em relação aos textos manuseados por ele, na qual cita como exemplo as leituras para

[...] fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades.

(BRASIL, 2017, p. 71)

Seguindo esse pressuposto, quando há um debate, por exemplo, por trás da discussão gerada sobre um determinado tema há uma série de conhecimentos prévios que os envolvidos devem possuir a respeito do assunto e que são obtidos a partir de experiências, tanto decorrentes de suas vivências, como das leituras que realizaram e que lhes forneceram argumentos para defender seu ponto de vista.

Sendo assim, é pertinente dizer que a leitura se constitui como importante no desenvolvimento integral, trabalhando aspectos relevantes para a vida em sociedade e na luta por direitos e novas conquistas que serão relevantes para cada cidadão, mas que exige uma participação ativa, baseada em uma reflexão e análise crítica, com base em conhecimentos fundamentados.

4.3 A História e a Cultura Afro-Brasileira na formação escolar

O racismo é o mecanismo sob o qual se estrutura toda a sociedade brasileira. Inegavelmente, todos os dias há pessoas que se queixam de atitudes racistas, especialmente no que concerne à população afrodescendente. Em virtude do racismo estrutural no Brasil, mesmo que haja uma lei que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, ainda é nítido o racismo institucional presente no espaço escolar, seja pela construção de um Projeto Político Pedagógico desvinculado com a realidade brasileira, seja pela falta de formação dos profissionais para lidar com os atos de racismo praticados nas relações sociais.

O conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre o outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. (ALMEIDA, 2019)

Nas escolas o que se pode observar é uma abordagem quase que pejorativa do papel dos negros e indígenas na construção da sociedade brasileira, por exemplo, pois o grande enfoque dado é a escravidão que sofreram, como se de nada tivessem contribuído culturalmente, dando mais ênfase ao racismo institucional, uma vez que mostra apenas a violência e exploração que esses povos passaram, como se fossem

inferiores aos demais povos.

Contudo, muito do que hoje é visto como “brasileiro” tem suas raízes na cultura de matriz africana, embora seja amplamente difundido em livros didáticos uma visão eurocêntrica da formação da nação brasileira, que ignora a presença de outros povos nessa construção histórica. (BORGES, 2010).

Diante dessa realidade, incluir a história e importância dos povos africanos e afro-brasileiros no currículo da educação básica, evidenciando os seus aspectos positivos e não apenas o sofrimento causado pela escravidão é de extrema importância para que os povos tenham suas devidas representações, exaltando o que contribuíram para a sociedade atual, além da criança negra, em sala de aula, poder olhar os feitos históricos e a cultura de seu povo, com orgulho, e não com vergonha.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) consta que

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. (BRASIL, 2017, p.15)

Nessa perspectiva, as escolas precisam considerar as características da comunidade escolar que atende para promover um ensino personalizado, planejado de acordo com a realidade dos estudantes, contemplando as diferenças culturais, sociais, históricas, bem como as demais especificidades que vierem a apresentar, como a diversidade étnico-racial, diversidade de gênero, diversidade religiosa e entre outras.

Portanto, é preciso assegurar o cumprimento do direito do aluno ao acesso a uma educação igualitária, que respeite a todos os alunos e suas singularidades e atendam-nas, garantindo a valorização da sua história, pois, “[...] se há instituições que cujos padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiam determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido.” (ALMEIDA, 2019).

Com isso, uma grande conquista alcançada, no que diz respeito à educação étnico-racial, como já dito, foi a promulgação da Lei 10.639/03 que alterou a LDB N° 9394/96. Passados cinco anos, a partir da mobilização dos povos indígenas e dos ativistas, foi criada a lei 11.645, de 2008, que altera a LDB de 2003, mas não a anula, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura

Afro-Brasileira e Indígena”, cujo parágrafo 1º determina que os conteúdos abordados sobre tais povos:

[...] incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008, Art.1º)

Borges (2010) enfatiza a necessidade de trabalhar tais conteúdos para evidenciar a contribuição de diferentes grupos étnicos na formação da sociedade brasileira, mas valorizando todos estes grupos da mesma forma, pois a nenhum deles foi dada maior ou menor importância e essa é uma colocação que precisa ser destacada, para romper com os paradigmas que inferiorizam a cultura africana.

O ambiente escolar consiste em um dos principais pontos de partida para a luta contra o racismo, pois é onde a criança tem seu primeiro contato com a educação formal, e os conhecimentos adquiridos nesse espaço influenciam diretamente a formação social e a construção da identidade racial dos sujeitos que por ela passam. Ou seja, a base que a educação escolar fornece ao aluno, buscando valorizar a cultura afro-brasileira e indígena, pode ser o ponto principal para que seja rompido o ciclo de racismo que, muitas vezes, são passadas pelas gerações com naturalidade, sem que se considere os malefícios causados pelo preconceito.

Uma vez que o racismo é estrutural e faz parte da construção educativa nacional desde as infâncias é preciso que seja desconstruído. Para que isso aconteça, as pessoas devem saber que uma visão que desconsidera o todo, nunca é uma visão democrática e sim totalitária e perversa. A diversidade precisa ser vivenciada e experimentada no seio de onde ela se processa, de dentro dos grupos culturais: escolas de samba, blocos afro-brasileiros, festivais culturais, quilombos, aldeias, para que as pessoas abandonem o imaginário hegemônico e racista em relação a tudo que leem sobre negros e indígenas. Afrorreferenciadamente pensando, o processo de aprendizagem se dá de corpo inteiro e não somente com o cérebro e a cabeça não se coloca acima de outras partes do corpo. (DE OLIVEIRA, 2020, p 9)

Além disso, o resgate e a abordagem da educação étnico-racial devem ser

direcionados não apenas aos alunos cuja descendência é afro-brasileira, mas a todos os educandos, para que possam conhecer e valorizar as contribuições e a participação de todos os povos, proporcionando, assim, uma educação democrática, em que todos os discentes possam participar de forma igualitária e sejam respeitados em suas especificidades.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana:

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (BRASIL, 2004, p. 7)

Neste sentido, considerar a valorização da história afro-brasileira consiste em uma ação que contribui para a democratização da escola e a busca de uma sociedade menos discriminatória, oferecendo o acesso ao conhecimento necessário para que se perpetue a imagem positiva, diferente da que é comum atualmente, no que tange aos povos mencionados.

Considerando a importância da formação de sujeitos mais críticos e atuantes na sociedade, é possível supor que o acesso a essas informações, que reconstruam a imagem inferiorizada dos grupos étnicos afro-brasileiros, pode influenciar na formação de uma nova concepção e novas ideias serão difundidas, garantindo que a ampliação do alcance de ideais que valorizem todas as culturas e, principalmente defendam uma sociedade antirracista, fazendo com que cada indivíduo tenha consciência da importância da sua participação para lutar por uma sociedade mais democrática.

Sobre isso, Jesus (2017, p. 45) explica que:

Os estereótipos encontrados nos livros didáticos acerca da história e cultura dos negros e indígenas prejudicam o processo de aprendizagem dos alunos, porque acabam afirmando a ideia de superioridade de determinada etnia sobre as outras. A própria ideia de branqueamento, onde o aluno negro/indígena percebe a sua representação de forma negativa com relação à outra é uma delas. De modo, o aluno inicia

a rejeição da sua identidade e tenta se aproximar o máximo possível da imagem do indivíduo que é representado positivamente nos livros didáticos e na sociedade como um todo. Por isso, é imprescindível reformular os livros didáticos, pois a aprendizagem das histórias distorcidas ou contadas pela metade em fase de escolarização dificulta a desconstrução dos conceitos formulados de modo incorreto. (JESUS, 2017, p. 45)

Assim, a abordagem da educação étnico-racial estimula a participação de todos os alunos na escola, fortalecendo sua identidade e autonomia e favorecendo o desenvolvimento de uma escola mais democrática, mas além de influenciar no ambiente escolar, essa mudança estimula também uma mudança mais ampla na sociedade.

4.4 O Letramento Racial na construção de uma educação antirracista

A inclusão do termo "letramento" nos estudos acerca da educação é recente e vem substituindo o conceito de alfabetismo. Trata-se de uma nova visão no que concerne à aquisição da língua escrita, pois abarca mais do que a simples capacidade de decodificar os símbolos, mas a sua utilização nas práticas sociais. (LOPES, 2010). Nessa perspectiva, busca-se, a partir dessa substituição, uma forma de preparar o aluno não apenas para ler e escrever, mas para utilizar esses conhecimentos em sua vida, para além dos muros da escola, preparando-o para participar ativamente da sociedade, de forma crítica, lutando contra a opressão e a desigualdade e, assim, legitimando a luta contra o racismo.

Paralelo a isso, é importante destacar, nessa linha de pensamento, que o termo "letramento" recebe vários complementos, como "letramento econômico", "letramento social", "letramento ambiental" etc. Logo, nessa diversidade de possíveis letramentos, tem-se a proposta de letramento racial, que caminha buscando desenvolver sujeitos mais conscientes, que reconhecem e buscam combater o racismo, que já está enraizado na cultura.

Tratar a questão racial em contexto brasileiro ainda é visto como um terreno arenoso e complexo, porque no senso comum deparamos com muitos discursos de que somos apenas seres biológicos e que a raça/cor da pele anuncia quem somos, os direitos e as oportunidades a que podemos ou devemos ter

acesso, além dos lugares sociais que podemos (devemos) ocupar. (MELO, 2015, p. 75 *apud* DE OLIVEIRA, 2019, p.40).

Durante anos, a escola vem servindo como mecanismo de manutenção do racismo, reduzindo a participação dos negros na constituição da sociedade à escravidão, como se nada de positivo tivesse relação com eles. Assim, o que se ensinava era que os povos africanos eram escravos e que os afro-brasileiros descendem de escravos. Contudo, abordar a história dos povos africanos exige um resgate para analisar as origens, a cultura, o modo de vida e todas as características que os constituem como seres humanos, que foram escravizados, mas que não se resumem a isto, para que o aluno construa sua identidade pautada na imagem positiva dos grupos étnicos do qual descende e não busque se adequar a um padrão eurocêntrico, como ainda é comum observar. (DE OLIVEIRA e FERREIRA, 2020).

Essa abordagem representa a proposta de letramento racial, que visa “oportunizar discussões acerca de identidade(s) raciais, o que contribui significativamente para o (re)conhecimento racial de maneira consciente”. (DE OLIVEIRA, 2019, p.41).

Pereira e Lacerda (2019, p. 103) explicam que o Letramento Racial Crítico trata-se de um recurso importante na construção de identidades que entendam a importância de representar “a superação histórica das desvantagens”, pois permite aos sujeitos entenderem sobre sua história, suas origens, mas de forma positiva e não como foi trabalhada até hoje, para que, dessa forma, possam lutar coletivamente por uma sociedade mais justa, que respeite e valorize as contribuições de cada um dos grupos étnicos que fazem parte da sociedade brasileira. Ou seja, é importante lembrar que todos pertencem a raça humana e o que diferencia os grupos são suas culturas e, neste quesito, não há hierarquia, pois todos são relevantes da mesma forma.

4.5 A Pedagogia da Ancestralidade na Construção de uma Educação Antirracista

A Pedagogia da Ancestralidade ou Eco-Ancestral, acredita que os conhecimentos ancestrais são fundamentais para a aprendizagem, sejam eles de qualquer tipo, podendo ser encontrados, por exemplo, em memórias, obras literárias, canções, etc. Segundo Kiusam de Oliveira (2020), esse modo pedagógico é consciente de que precisa ser reestruturado como um corpo-templo-resistência para que seja capaz de combater o racismo institucional e a necropolítica cotidianos, em uma perspectiva

sócio-cosmo-política.

Ao tratar da Pedagogia da Ancestralidade, Oliveira ainda ressalta que

[...] é, antes de tudo, um posicionamento político contrário ao que se estabeleceu no país como uma lógica incontestável, direcionada ao branco, considerado a norma, enquanto o não-branco é o desvio. É uma pedagogia que se opõe ao colonialismo e à colonialidade, que continuam reafirmando a desumanidade de negros e indígenas.

Ela se opõe à hegemonia epistemológica eurocentrada, propondo uma forma de ser-pesquisar-conhecer-pensar-juntar-articular-agir que reconheça o continente africano como o berço da humanidade e se dá a partir da criação ou recriação de laços e formas afeto-coletivas de acolher-ouvir-aprender-falar-trocar-compartilhar, protagonizada não só pelas/os mais velhas/os, mas também pelas crianças e jovens. (DE OLIVEIRA, 2020)

Ressaltando também que essa pedagogia tem como método principal a intenção de elevar o empoderamento negro feminino.

Tal método se movimenta de modo circular e espiralado a partir do que tenho chamado de campos de potências: Ancestralidade, Corporeidade, Imaginário, Subjetividade, Oralidade, Identidades, Memória, Processos Educativos e Ancestralidade.

Ela fundamenta-se, nesse sentido, nos seguintes princípios: 1) na consciência de que existe a colonialidade “no” e “do” poder; 2) na necessidade da emancipação epistêmica; 3) na luta por uma educação antirracista; 4) no entendimento da importância da formação para a educação das relações étnico-raciais. (DE OLIVEIRA, 2020)

Dessa forma, a Eco-ancestralidade acredita que é possível combater reproduções discriminatórias e racistas na infância, mostrando que não se fala mais pelo corpo negro, pois o corpo fala por si só, como um “corpo-templo”, repleto de cultura, resignificando-se na resistência, e no combate à discriminação e racismo.

Nesse sentido, essa pedagogia prega que a criança negra precisa conhecer a sua ancestralidade e assim, se reconheça e se empodere, podendo superar e ajudar a combater práticas racistas. E, na escola, músicas, danças e outros recursos culturais, assim como memórias ancestrais e a literatura, são algumas ferramentas capazes de

despertar nas crianças um pensamento crítico mediante a temática abordada.

5 METODOLOGIA

Esse trabalho será classificado como uma pesquisa exploratória, cuja metodologia utilizada é o levantamento bibliográfico, baseado em contribuições de autores como De Oliveira (2020), Farias (2018) e Pereira e Lacerda (2019). Sobre esse tipo de pesquisa, Fonseca (2002, p.32) explica:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (*apud* GENHARDT e SILVEIRA, 2019, p.37).

Para levantamento da base bibliográfica da pesquisa foram utilizados livros e publicações científicas como dissertações e artigos, pertinentes ao objeto da pesquisa.

Além disso, foi realizada uma análise da obra “O Black Power de Akin”, de Kiusam de Oliveira. Essa análise visa conhecer os aspectos trabalhados nas obras que podem contribuir para a formação de uma identidade racial da criança negra, por meio da identificação dela com personagens presentes na obra literária analisada e representadas de forma positiva, bem como levantar evidências (ou não) sobre a importância delas para a formação escolar e para o desenvolvimento de um letramento racial.

Para analisar a obra, um roteiro foi elaborado, buscando explicitar os aspectos principais do livro e de que forma isso pode influir sobre a construção do letramento racial a partir das mensagens trazidas na narrativa da autora.

Dentre os aspectos observados, alguns deles serão:

- Quais e como são os personagens principais do livro;
- Existem personagens secundários? Se sim, como eles são?
- Quais os temas abordados?
- Qual o espaço e em que ambiente se passa a história?

- Quais os pontos-chaves de exaltação da cultura negra?
- Quais as observações referentes aos impactos que a obra pode causar, considerando o trabalho que envolvem questões étnico-raciais.

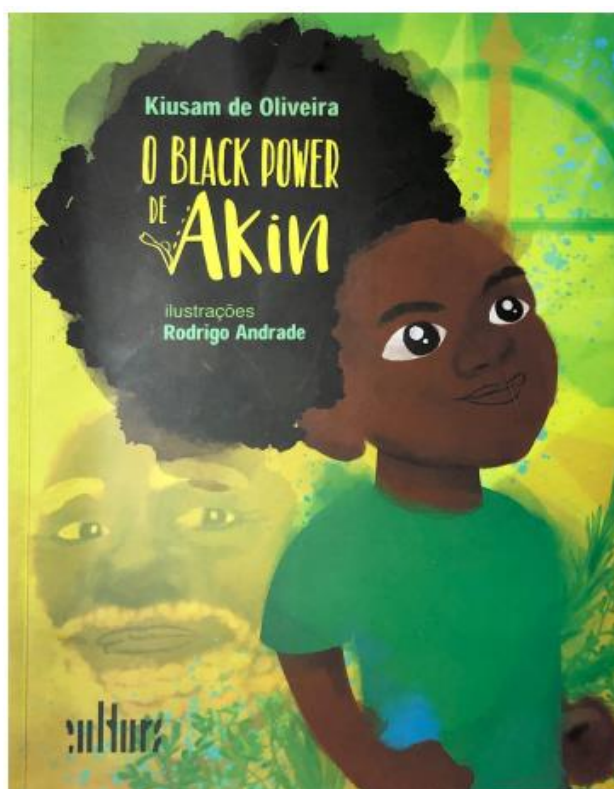
Vale ressaltar que, à medida em que a análise da obra foi produzida, novas colocações podem surgir, não havendo intenção de restringir-se apenas nos aspectos mencionados.

A partir desses dados, foi realizada uma reflexão sistemática e crítica sobre a importância dessa obra e se, de fato, ela contribui para um ensino que trate das questões relacionadas à educação étnico-racial de forma significativa e como podem ser trabalhadas de modo que atinja os objetivos de valorizar a identidade negra.

6 ANÁLISE DO CORPUS

A obra *O Black Power de Akin*, publicada em 2020, escrita por Kiusam de Oliveira e ilustrada por Rogério Andrade, apresenta tanto no texto como nas ilustrações símbolos e valores da cultura africana e afro-brasileira de forma a reforçar a representatividade negra e princípios da pedagogia da ancestralidade, o que pode ser visto desde a capa. Observe:

Figura 1: Capa do livro *O Black Power de Akin*



Fonte: DE OLIVEIRA (2020)

Ao realizar a análise da capa, é possível observar que as cores verde, amarela e azul, representam bem a brasilidade, estando bem presentes, também, ao longo das ilustrações da narrativa. As personagens de pele escura, nariz largo e o cabelo black power reafirmam bem a cultura e a raça negra. A postura de Akin, de cabeça erguida, olhos atentos e com suas mãos fechadas, podem remeter a um certo empoderamento, demonstrando orgulho, garra e força e, a imagem mais clara de um senhor, atrás de seu neto, pode sugerir que esse avô tem um papel fundamental nas conquistas do menino, além de representar bem a ancestralidade, nesse contraste de gerações.

O cenário da narrativa é a escola, espaço em que Akin sofre bullying, preconceito e discriminação racial, além da casa e quintal de Seu Dito Pereira, um senhor de 78 anos, avô de Akin, de 12 anos, Kayin de 6 anos e Femi, de 4 anos, que moram em uma pequena cidade chamada Noar, local de aconchego, onde encontra, em sua família, um refúgio nas memórias ancestrais contadas pelo seu avô e nos objetos e recordações mostrados por ele.

O início da narrativa surpreende, pelo fato de as ilustrações da capa do livro sugerirem uma ideia totalmente contrária à dela, uma vez que conta a história do protagonista Akin, um menino de 12 anos que se autorrejeita, não reconhece sua identidade negra e sofre ataques racistas e constrangimentos vindos de seus colegas que o chamam de apelidos nada agradáveis como recursos para dar destaque a sua cor negra e, zombam de seu cabelo crespo, o chamando de “duro” e “torcido”.

Na obra, o tema é desenvolvido a partir do cabelo crespo de Akin, o protagonista, ligado ao racismo, ao preconceito e à ancestralidade africana e afro-brasileira. Diante disso, pode-se perceber que o personagem de Seu Dito Pereira, avô de Akin, é o mediador da representação dessa ancestralidade, sendo fundamental para a luta contra o preconceito e o respeito pela cultura e raça negra. Descrito como um senhor ativo e ilustrado com barba e cabelos grisalhos, Seu Dito inicia a narrativa tocando berimbau e cantando para seus netos sob o luar. Seu nome é bastante interessante e

[...] chama a atenção não apenas por ser o particípio do verbo “dizer”, mas também por ser o nome bastante comum das entidades da religião umbanda de matriz africana e afro-brasileira, os Pretos Velhos: o dizer personifica-se na figura do avô ancestral. (PASSOS e PASSOS, 2021. p 11)

Ao contrário de seu avô e de seus irmãos mais novos, Akin não se sente confortável com o tom de sua pele e seu cabelo afro. Enquanto se arrumam, os pequenos admiram seus crespos, mas os leitores são surpreendidos pelo primeiro descontentamento de Akin com seu cabelo enquanto tenta arrumá-lo para ir para a escola.

Figura 2: Descontentamento de Akin com o seu cabelo Black Power



Fonte: DE OLIVEIRA (2020).

Na ilustração fica nítida para o leitor a tristeza do menino ao ver seu reflexo no espelho e, por efeito, sua identidade fragilizada. Não satisfeito, mente para o avô dizendo que o uso de um boné na escola é moda, mas a realidade é diferente. Ele é o único a usar boné, pois quer esconder seus cabelos crespos.

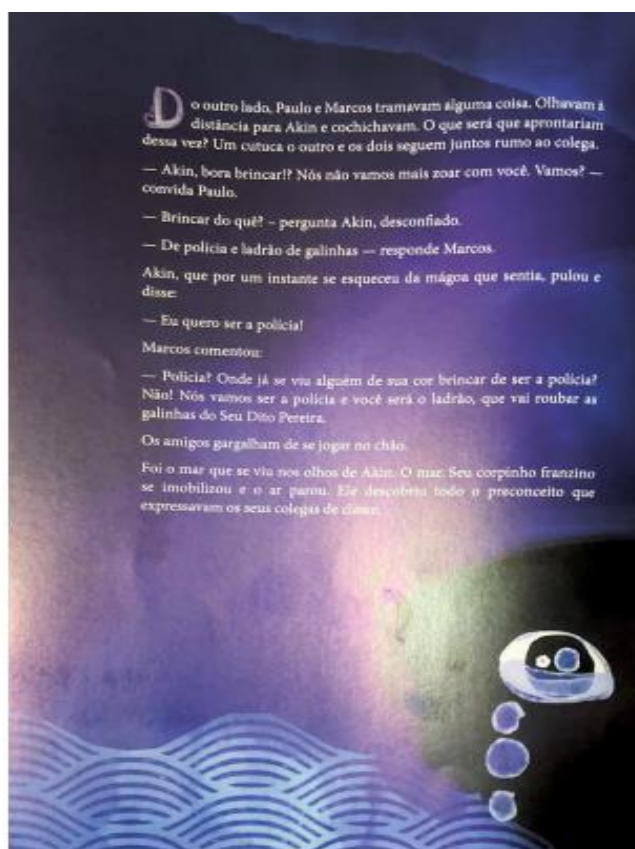
Já no espaço escolar, o protagonista se junta aos colegas de classe, Paulo e Marcos, para brincar de pega-pega no intervalo e, é surpreendido com a fala de Paulo que quando pega Akin, sorrindo, chama-o de Pelé (, Edson Arantes do Nascimento, “Pelé” é um ex-futebolista brasileiro, negro, considerado mundialmente como um dos maiores jogadores de todos os tempos). Akin olha assustado para o colega, sem compreender o motivo de estar sendo chamado daquela forma, e logo afirma que seu nome é Akin e que não quer mais brincar. Mas, em uma brincadeira seguinte, pique-esconde, Paulo continua a chamar Akin por outro nome, dessa vez de “Buiú” (Edvan Rodrigues de Souza, conhecido como “Buiú” por meio do programa de televisão A Praça é Nossa, é um talentoso humorista negro). Pelé e Buiú são nomes que reforçam a cor da sua pele e que deixam o garoto extremamente chateado, afastando-se dos colegas e, mais uma vez, reforça que seu nome é Akin. É sabido que, em

[...] práticas racistas e preconceituosas, “desnomear” pessoas negras de todas as idades é

comum dentro e fora dos espaços escolares. Akin tem nome próprio. A linguagem “kiasamiana” corrobora no construto identitário a partir do nome, o qual é importante para a construção e para o fortalecimento da identidade individual. Akin: nome próprio africano significa homem valente, guerreiro, herói. Nomear, portanto, a criança pelo seu nome próprio, sem estereótipos e sem apelidos pejorativos, é empoderamento. (PASSOS e PASSOS, 2021. p 13)

Portanto, o personagem tenta defender sua identidade, mas sendo mais uma tentativa frustrada de empoderamento, pois, mesmo percebendo a insatisfação e tristeza do pequeno protagonista, os colegas – Paulo e Marcos – tramaram mais uma brincadeira, dessa vez de polícia e ladrão que ocasionou o desalento de Akin. Observe:

Figura 3: Racismo estrutural



Fonte: DE OLIVEIRA (2020)

Transcrição do texto da figura 3:

Do outro lado, Paulo e Marcos tramavam alguma coisa. Olhavam à distância para Akin e cochichavam. O que será que aprontariam dessa vez? Um cutuca o outro e os dois seguem juntos rumo ao colega.

- Akin, bora brincar!?! Nós não vamos mais zoar com você. Vamos?
convida Paulo.

- Brincar do quê? - pergunta Akin, desconfiado.

- De polícia e ladrão de galinhas - responde Marcos.

Akin, que por um instante se esqueceu da mágoa que sentia, pulou e disse:

- Eu quero ser a polícia!

Marcos comentou:

- Polícia? Onde já se viu alguém de sua cor brincar de ser a polícia?

Não! Nós vamos ser a polícia e você será o ladrão, que vai roubar as galinhas do Seu Dito Pereira.

Os amigos gargalham de se jogar no chão.

Foi o mar que se viu nos olhos de Akin. O mar. Seu corpinho franzino se imobilizou e o ar parou. Ele descobriu todo o preconceito que expressavam os seus colegas de classe.

Os personagens Paulo e Marcos reproduzem comportamentos e discursos legitimados em uma sociedade estruturada sob o racismo. Desse modo, podem ser vistos como produtos do meio, isto é, são meros reprodutores de um sistema que desumaniza o outro para se fortalecer, a partir de sua pertença racial. O racismo estrutural inserido na sociedade, é uma prática de discriminação que resulta em desfavorecer algumas raças, nesse contexto os negros, e favorecer outras. Mesmo com leis que garantem a igualdade a todos, no Brasil, o racismo está presente no processo histórico desde o período colonial (1500-1822) e se estendeu no período imperial (1822-1889) em que povos indígenas e africanos eram escravizados.

Desolado após o término da aula, Akin voltou para casa numa tristeza infinita, a companhia de sua família não foi suficiente para ampará-lo, levando em consideração que o menino preferiu guardar só pra ele as ofensas sofridas durante o dia. Mas a noite não foi tão ruim, Akin teve seu primeiro contato com seus ancestrais através de um sonho, em seu espaço psicológico. Sonhou com um caçador, que mesmo sem saber a origem, ficou admirado e percebeu imagem e semelhança a ele, seu avô e seu pai, o forte caçador, então, quebrou o silêncio do encontro e orientou Akin para que aprendesse a se defender, pois um descendente de reis e rainhas não poderia aceitar tamanho desrespeito.

Figura 4: O caçador



Fonte: DE OLIVEIRA (2020)

Analisando a ilustração e a narrativa, percebemos que o sonho passa-se em uma mata fechada e escura, e Akin, sozinho, com medo, assim como ele poderia estar se sentindo depois de tudo que sofrera no ambiente escolar, até que se depara com o caçador, descrito como “[...] uma luz que, de longe, parecia caminhar em sua direção.” (DE OLIVEIRA, 2020, p. 18), que pode ser associado às divindades de matriz africana, como as do povo de etnia iorubá, uma vez que a figura do caçador, para eles, é considerada como orixá (ser divino) das florestas, tendo “a responsabilidade de zelar pela fartura de alimentos.” (PRANDI, 2005). Podemos ver por meio da ilustração, que trata-se de um homem alto, forte e formoso, um tanto quanto intimidador, por estar segurando arco e flecha, além das caças. Ele aparece com vestimentas verde e amarela, cores que representam a mata, a natureza, e dialogam com as cores da bandeira do Brasil, podendo ser, também, uma representação da cultura afro-brasileira. Esse caçador traz a Akin um sentimento de admiração, após o breve encontro deles, pois é um homem valente e possui uma identidade bem marcante. Após o sonho, no dia seguinte, novamente na escola, o cenário não mudou, pois os

colegas continuam tratando-o com maldade, pegando seu boné e zombando de seu cabelo e, Akin, não conseguiu fazer o que o caçador de seu sonho sugeriu. Depois da humilhação que sofreu na escola, ele passou a desejar ser branco e de cabelos lisos.

Figura 5: Desejo de ser quem não é



Fonte: DE OLIVEIRA (2020)

Por um instante, sentiu-se feliz ao se ver de outra forma, mas, quando se enxergou como realmente é, um menino negro, uma tristeza profunda tomou conta de seu interior e no impulso pegou uma tesoura decidido a cortar seu cabelo, momento em que seu avô entra no banheiro, impedindo-o, retirando a tesoura de sua mão e abraçando-o, mesmo com a resistência inicial do neto.

Esse ponto da narrativa pode ser um dos mais impactantes, pois é visível a identidade negra sendo anulada e, infelizmente, é a realidade de muitas crianças e adolescentes negros, uma vez que se sentem inferiorizados e, em muitos casos, a auto-estima é

tão comprometida que pode ser irreversível, isto é, esse espelhamento que as crianças negras têm em relação às crianças não negras, evidencia uma supremacia que apaga a dignidade negra. Diante disso, torna-se crucial a representação e valorização da identidade dessa raça e cultura dentro de escolas e demais espaços sociais, como rege a Pedagogia Eco-Ancestral, trazida no Referencial Teórico, que tem a principal intenção de elevar o empoderamento negro, reforçando a identidade e lutando contra atos discriminatórios e racistas.

A narrativa também traz esse aspecto, quando, questionado por sua atitude de tentar cortar seu cabelo, Akin desabafa com o avô, falando que queria ser branco, que não se vê representado em revistas e na televisão, não encontra a exaltação de sua cor e de seu cabelo, mas, Seu Dito reprime o neto, pegando o berimbau, instrumento de origem africana, e, cantando uma canção, mostra um pouco do sofrimento de seu povo perante a sociedade, mas ressalta que a luta por reconhecimento é necessária. Dessa forma, vê-se a necessidade de representação do povo negro e de colocar em prática a política pública de valorização (LEI 10.639/03), o que corrobora com a colocação de Borges (2010), já elencada na Fundamentação Teórica, quando enfatiza a necessidade de trabalhar tais conteúdos para colocar em evidência a contribuição de diferentes grupos étnicos na formação da nossa sociedade, assim, a escola poderá contribuir para a desconstrução de crenças e práticas racistas.

No Brasil, a maior parte da população é constituída de não brancos.

56,10%. Esse é o percentual de pessoas que se declaram negras no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do IBGE. Dos 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões se assumem como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos. Os negros – que o IBGE conceitua como a soma de pretos e pardos – são, portanto, a maioria da população. A superioridade nos números, no entanto, ainda não se reflete na sociedade brasileira. (AFONSO, 2019)

Mesmo sendo maioria, é marcada somente nos números pois, essa população possui severas desvantagens em relação à branca, como nos padrões de beleza impostos pela sociedade, no mercado de trabalho, distribuição de renda, condições de moradia, educação, violência e representação política, sendo o resultado de um racismo que estrutura a nossa sociedade e que deve ser combatido.

Voltando os olhares para a narrativa, percebemos que após o episódio do desabafo de Akin, Seu Dito tira de um baú empoeirado uma pasta de couro marrom bem antiga

e entrega nas mãos de Akin e vão para o quintal juntamente com seus irmãos e, em um momento intimista entre Seu Dito e seus netos, o avô colhe alecrim e arruda e as leva para dentro de casa. Já na cozinha, em seu fogão a lenha, faz uma mistura com as ervas colhidas e a banha de porco enquanto conversa com o neto.

Figura 6: Ancestralidade e representatividade



Fonte: DE OLIVEIRA (2020)

Enquanto conversavam, o garoto admirava os desenhos de seus parentes ancestrais, todos semelhantes e descendentes de valentes guerreiros e trabalhadores. O avô então passou o conhecimento do tratamento natural a base de banha, ervas e sabedoria africana para o cabelo a Akin que foi passado de geração a geração. A partir de então, inicia o processo de afirmação da identidade negra de Akin, pois Seu Dito resgata figuras negras heróicas e importantes do povo africano e sua cultura a fim de fortalecer a “cura” do neto que se consolida quando o apresenta o garfo de marfim, artefato usado pela nobreza africana e guardada em sua família a séculos. O pente-garfo de marfim tem sua origem no Egito, na África, há seis mil anos, sendo um dos elementos que marca a cultura afro, uma vez que é esse pente que dá volume, forma e também serve como decoração para o tão conhecido penteado Black Power, que ganhou força no movimento de mesmo nome, surgido na década de 1960, e tem como tradução “poder negro”. Trata-se de um movimento identitário e político, símbolo de resistência.

Durante os anos 1960, os negros que trabalhavam

ativamente para criticar, desafiar e alterar o racismo branco sinalavam a obsessão dos negros com o cabelo liso como um reflexo da mentalidade colonizada. Foi nesse momento em que os penteados afros, principalmente o black, entraram na moda como um símbolo de resistência cultural à opressão racista e fora considerado uma celebração da condição de negro(a). Os penteados naturais eram associados à militância política. Muitos(as) jovens negros(as), quando pararam de alisar o cabelo, perceberam o valor político atribuído ao cabelo alisado como sinal de reverência e conformidade frente às expectativas da sociedade (HOOKS, 2005, p. 2).

Dessa forma, o Black Power representa a coroa, símbolo do empoderamento da população negra. Assim, ao assumir o seu cabelo e reconhecer-se pertencente a realza africana e perceber a sua descendência de uma ancestralidade que produziu conhecimentos, saberes e uma tecnologia de resistência, foi fundamental para o processo de cura do personagem Akin, assim como pode ser para as crianças, adolescentes e jovens que sofrem com uma sociedade racista, que insiste em inferiorizar o povo negro.

Figura 7: A cura interior



Fonte: DE OLIVEIRA (2020)

O processo de cura interior iniciou, como já citado, quando Akin se olhou e viu um príncipe africano, o que só foi possível ao conhecer melhor a história de sua ancestralidade e ao se ver nos retratos, mais uma vez lembrando o quanto a representatividade do povo negro é importante, o que defende a Pedagogia Eco-ancestral. Ao afirmar sua identidade, sua postura muda. Agora sim encontramos o menino empoderado que é possível ver na capa da obra.

Na narrativa, na manhã seguinte, com sua identidade afirmada, enquanto se arrumava, o garoto sentiu-se orgulhoso de não precisar mais usar o boné e ficou surpreendido ao saber que seu avô e seus irmãos o acompanhariam até a escola para mostrar um pouco mais a história de sua família e sua “crespitude”. E, com o apoio da instituição escolar, a família de Akin colabora por meio da cultura afro-brasileira para que a intolerância étnico-racial seja minimizada. Assim, no final da narrativa, os colegas opressores acabam por se arrepender de seus atos e passaram a respeitar a história e cultura afro, reconhecendo a grandeza desse povo.

Portanto, foi necessária a intervenção da família, evidenciando que cada um nasce dentro de uma história, de uma cultura e de uma vivência própria, e que cada uma deve ser respeitada e valorizada. Além disso, a visita da família mostra o quão importante é a relação família X escola e seu papel na afirmação da identidade e na desconstrução de estereótipos e crenças alicerçadas pelo racismo estrutural, fazendo-nos lembrar que o racismo é aprendido, logo, pode ser “desaprendido” com base nas ressignificações.

A obra aqui analisada traz inúmeras reflexões pertinentes, como a postura da professora e da escola em si, que nunca comunicou à família toda tortura psicológica sofrida por um aluno, e sua omissão ao não dar a atenção devida ao vê-lo sempre usando um boné, um acessório que ele usa como disfarce, na tentativa de esconder seus cabelos, sua identidade. É nesse cenário que a autora passa a enfatizar a cultura afrodescendente, valorizando as memórias, os objetos e a história do povo negro.

Diante disso, vale ressaltar que o profissional de educação deve assumir, ética e responsabilmente, a função social que lhe cabe e, sobretudo, o exercício da humanidade, pois, quando esses profissionais não têm formação na área ou na temática, gera uma série de implicações, como essa omissão e o silenciamento da voz desse profissional diante das práticas racistas que ocorrem no ambiente escolar, o que, de certa forma, permite que a discriminação e o preconceito se mantenham dentro do ambiente que deveria ser acolhedor.

Contudo, torna-se crucial uma capacitação adequada para profissionais da educação em temáticas sociais como as que competem às questões raciais, pois, como já dito no capítulo de *Fundamentação Teórica*, o Letramento Racial Crítico é um recurso importante na construção de identidades, como explicam Pereira e Lacerda (2019, p. 103), além de legitimar a luta contra o racismo. Dessa forma, os profissionais precisam ser capacitados para que façam as devidas mediações e intervenções necessárias para que haja a reflexão que resulte em ações para o combate ao racismo e a discriminação.

O Letramento Racial Crítico, contribui para o “(re)conhecimento racial de maneira consciente”. (DE OLIVEIRA, 2019, p.41). Assim, é necessário abordar a temática de forma adequada para que possa legitimar o reforço da identidade negra.

Kiusam de Oliveira, na obra aqui analisada, ao trazer personagens que com toda inocência admiram seus traços marcantes e cabelos crespos, como Femi, de quatro anos e Kayin de seis (irmãos do protagonista) e um senhor experiente, que mesmo ciente das maldades do mundo, de toda discriminação e preconceito, orgulha-se de si e de sua ancestralidade, reforça essa identidade que muitas vezes é apagada, como a de Akin, de doze anos, que já entende e sofre ao ser vítima de racismo que, como consta no início da narrativa, não se aceita por ser negro e ter um cabelo tão crespo e diferente dos demais.

Também vale ressaltar a figura de Paulo e Marcos, meninos não-negros representando a sociedade opressora e que, de certa forma, também “vítimas” de uma estrutura respaldada pelo racismo presente na sociedade pois, quando apresentadas a uma pedagogia da ancestralidade, que visa a combater a discriminação, preconceito e racismo, esses personagens saíram da zona opressora e passaram a respeitar e valorizar o diferente. Isso mostra que, se ensinadas, as crianças podem aprender a amar as pessoas e suas diferenças.

7 DISCUSSÃO

É sabido que esta pesquisa justifica-se no incômodo ao nos depararmos cotidianamente com atos preconceituosos, racistas e discriminatórios, fazendo com que crianças negras tenham suas identidades apagadas. Tudo isso é fruto do racismo institucional e estrutural no Brasil. Diante desse cenário, é visível a necessidade de traçar caminhos para intervir nesses atos que podem destruir culturas, vidas, e até mesmo uma raça.

Um desses caminhos é a intervenção das famílias negras, reafirmando suas identidades, respeitando e valorizando a cultura de seu próprio povo e de seus diferentes, passando de geração em geração, assim como a de famílias não negras, que precisam ensinar seus filhos o respeito ao próximo e às diferenças, pois não há cultura, raça e etnia superior, apenas diferente, e cada uma contribui para a formação da sociedade.

Outro caminho é a intervenção dos governos em todas as esferas sociais, sendo com campanhas e projetos de valorização da diversidade, sendo gerar mais oportunidades de inserção do negro na sociedade, de fato, tirando o título de marginalização e agindo na mobilização social visando combater o racismo em nossa sociedade.

Fomentar discussões sobre a temática étnico-racial em sala de aula, e, de fato, o cumprimento da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, além da Lei 11.645/08, que considera também o ensino da história e cultura dos povos indígenas é outro caminho para intervenção. Portanto, se o trabalho em sala de aula for adequado, ressaltando a história, a cultura e a identidade de povos não brancos, será uma ótima ferramenta contra o racismo, tendo em vista que esses conteúdos devem ser inseridos desde a educação infantil, mas, para isso, é necessária a formação dos profissionais que atuam na educação, pois a falta ou a má formação e a dificuldade de as secretarias de educação abordarem a temática nas suas formações, são motivos que dificultam o cumprimento dessa política.

Afinal, sem uma formação efetiva, os professores acabam, inconscientemente, reforçando práticas racistas. Minimizar certas atitudes praticadas no espaço escolar, em especial as ligadas à questão étnico-racial, vai de encontro com a função social da escola que é promover o respeito diante da diversidade.

Vale ressaltar que a formação inicial e continuada de profissionais da educação na

temática ERER (Educação das Relações Étnico-Raciais), contribui para que esses profissionais deem a devida importância às práticas pedagógicas antirracistas como parte do processo de ensino e aprendizagem, como o Letramento racial, trazendo a literatura infantil para esse debate, e conseqüentemente a formação da identidade de alunos (as) negros (as), como forma de luta contra o racismo.

“Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, à participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira”. (BRASIL, 2004, p.16-17).

Sendo assim, retomo a pergunta-problema: “Como desenvolver na educação infantil um letramento racial a partir do trabalho com a Literatura Negro-Brasileira Infantil, visando combater o racismo estrutural dentro do espaço escolar?”.

Ao trabalhar com livros de literatura infantil, cujos personagens negros sejam representados de forma positiva ou em papéis de destaque, oportuniza uma construção da sua identidade racial, assim como é possível perceber no trabalho com a obra *O Black Power* de Akin, da escritora Kiusam de Oliveira. A narrativa traz negros como personagens principais que, por meio da pedagogia da ancestralidade, reafirmam suas identidades negras, pregando o respeito e a valorização para com a cultura afrodescendente.

Portanto, traçaremos duas possíveis estratégias de ação pedagógica na construção do letramento racial a partir dessa obra analisada, com o objetivo de fomentar discussões étnico-raciais, ampliando as experiências dos alunos ao apresentar materiais que mostram a ancestralidade e que os façam compreender a cultura africana e afro-brasileira, além de valorizar a leitura de forma que possa sobressaltar a linguagem, a oralidade e a escrita como instrumentos contribuintes para um bom

conhecimento. Também é importante para aumentar o vocabulário e elementos de matriz africana.

Realizar um bom trabalho de leitura e discussão do livro analisado, também poderá despertar no aluno a imaginação, a exploração e a curiosidade pelo universo da linguagem artística e verbal, além de ser capaz de reconhecer nas ilustrações os elementos africanos e afro-brasileiros com base nos traços, nas cores e nos objetos retratados, dessa forma, conhecendo uma realidade diferente, se trabalhada adequadamente, as crianças serão ensinadas a respeitar e valorizar o diferente, não deixando espaço para o preconceito e discriminação.

Estratégia 1: Realizar a leitura da obra como forma de introdução do conteúdo referente à história e cultura africana e afro-brasileira, valorizando as conquistas, a cultura e a identidade negra. Em seguida, mostrar objetos que remetem à essa cultura, para que os alunos possam tocar e experienciar e, apresentar canções e danças para que possam vivenciar. Mas o trabalho não deve se restringir a este livro, pelo contrário, poderá, também, servir como um ponto de partida para despertar a curiosidade dos alunos para entrarem em contato com outra obra.

Estratégia 2: Apresentar canções, danças, pinturas, objetos, curiosidades da cultura afro e, em seguida, apresentar a literatura negro-brasileira, como a obra *Amoras*, escrita por Emicida, cantor, compositor, repórter de TV e escritor. A obra reforça o cultivo da auto aceitação e autoestima, sendo fruto de uma linda música repleta de poesia, que o artista compôs para sua filha. Com delicadeza e poesia, é capaz de encantar e deixar o coração do leitor bem quentinho, assim como a obra *O Black Power* de Tayó, criada por Kiusam de Oliveira. A narrativa é sobre Tayó, uma linda menina negra que se aceita e tem bastante orgulho de seus cabelos crespos, assumindo sua identidade. Uma ótima opção para dar voz àquelas crianças que se identificam com a personagem, e para as demais que, desde pequenas, precisam ser ensinadas a respeitar as diferenças.

Depois do contato com essas obras, ou outras da literatura negro-brasileira, *O Black Power* de Akin pode ser introduzido de uma forma que ressalte a ancestralidade africana como forma de combate ao racismo.

Em sala de aula, o professor ou professora pode explorar os elementos visuais do livro, e externar em formas de outras atividades lúdicas, com pinturas ou construções de objetos da cultura negra feitas com materiais recicláveis, por exemplo, como o

berimbau, as vestimentas e o arco-flecha trazidos pelo caçador na narrativa (adaptando de forma que não tenham pontas para não ferir alguém), a confecção de desenhos, a reprodução de passagens do livro e exposições de trabalhos pelo ambiente escolar, de modo que todos possam ter contato e despertar a curiosidade de conhecer essa e demais obras da chamada literatura negro-brasileira.

Tais propostas abrangem a maioria das dez competências gerais da educação básica, constatadas na BNCC.

Tabela 1: *Competências Gerais da Educação Básica – BNCC*

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
<p>1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p> <p>2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.</p> <p>3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.</p> <p>4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p> <p>6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p> <p>7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.</p> <p>8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.</p> <p>9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p> <p>10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p>

(BRASIL, 2018, p. 9-10)

Dessa forma, é possível ver que através do bom trabalho com a literatura e o diálogo com outras artes/áreas, é capaz de promover a valorização da diversidade cultural, do posicionamento ético, do exercício da empatia e, sobretudo, da humanidade, podendo ser uma ferramenta importante para o combate ao racismo.

Vale ressaltar que o letramento racial não se dá pelo simples ato de ler em sala de aula uma única obra literária negro-brasileira, ou de uma única campanha contra o racismo no Dia Nacional da Consciência Negra, dedicado à reflexão sobre a vivência negra na sociedade. O letramento racial é mais do que a simples capacidade de decodificar os símbolos (LOPES, 2010), é um processo contínuo, que visa desconstruir pensamentos e atos que diminuem, menosprezam, desvalorizam e excluem o povo negro. Dessa forma, a educação antirracista precisa estar no dia a dia, e não somente em “ocasiões especiais”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa trouxe reflexões acerca do Letramento Racial com base na Pedagogia da Ancestralidade como um dos caminhos para o combate ao racismo estrutural. Foi analisado o perfil da obra *O Black Power* de Akin, da escritora, bailarina, coreógrafa, pedagoga, doutora em educação, mestre em psicologia e terapeuta integrativa, Kiusam de Oliveira, conhecida não só nacionalmente, mas, também, internacionalmente, por abordar em seus lindos trabalhos a temática envolvendo a visibilidade, representatividade, cultura e identidade negra. Na obra, é possível observar como o racismo está estruturado na sociedade brasileira, desde a época da escravidão, e como a família e a escola têm um papel fundamental para reverter esse processo.

Diante desse cenário, abordado na *Introdução* deste trabalho, é perceptível que mesmo depois de mais de 133 anos após a abolição da escravatura, negros continuam sendo inferiorizados, violentados, desvalorizados, marginalizados e discriminados, sendo obrigados, quando não são excluídos definitivamente, a estar sempre provando a sua capacidade para exercer determinada função ou ocupar determinado espaço na sociedade, o que não deveria ser necessário, uma vez que todos os cidadãos, como garante o Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência. Assim, como ressalta o Artigo 2º:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania. (UDHR, 1948)

Portanto, os direitos e deveres não são exclusividade de não-negros, isto é, todos os seres humanos possuem os mesmos direitos e deveres perante a sociedade.

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, há a Constituição Federal do Brasil que assegura esses direitos, sobretudo os direitos das crianças, como a lei nº

8.069, de 13 de julho de 1990, Art. 5º:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (Brasil, 1990).

O que não se restringe às crianças brancas, pois é um direito de todas, sendo pretas, pardas, brancas, amarelas, indígenas.

Todos os cidadãos são iguais perante a lei, portanto, assim devem ser tratados, mas, infelizmente, como a sociedade foi marcada pelo período escravocrata, o racismo ainda perdura e, junto com ele, a luta constante do negro por igualdade e respeito.

Dessa forma, é crucial abordar temas étnico-raciais, como dita a Lei 10.639/03 e a lei 11.645, de 2008, que altera a LDB de 2003, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, já citada ao longo deste trabalho, mas é necessário trazer esses conteúdos de maneira leve e dinâmica, desde a primeira infância para que a identidade possa ser reforçada e o respeito às diferenças também. Com isso, vimos, desde o capítulo destinado aos *Objetivos*, a importância de compreender como a literatura negro-brasileira, para o público infantil, pode contribuir na construção do letramento racial, uma vez que não é uma forma maçante de se trabalhar temas sérios com crianças, sem deixar a ludicidade e o prazer de lado, assim como ressalta a *Justificativa*, uma vez que o trabalho envolvendo uma boa literatura é amplo e auxilia no processo de educação antirracista.

A Literatura, já descrita nas *Fundamentações Teóricas*, é extremamente importante na formação educacional e pessoal do aluno. Por meio dela é possível expandir horizontes e nortear várias maneiras de sentir e ver o mundo à sua volta. É possível despertar a imaginação, o pensamento crítico e o respeito pelas diferenças pois, nas leituras de obras literárias, as crianças encontram várias histórias, culturas e memórias, assim como encontramos tal importância ditada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como consta na *Metodologia*, este trabalho é caracterizado como uma pesquisa exploratória e o método utilizado foi o levantamento bibliográfico, baseado em contribuições de autores como De Oliveira (2020), Farias (2018) e Pereira e Lacerda (2019), assim como na análise da obra *O Black Power* de Akin, de Kiusam de Oliveira,

encontrada no capítulo *Análise do Corpus*. Os aspectos analisados foram o perfil da obra, dos personagens, os temas abordados, o espaço e ambiente, os pontos que exaltam a cultura e as questões étnico-raciais.

No capítulo intitulado *Discussão*, foram elencadas propostas pedagógicas com base na obra analisada que possuem como objetivo a promoção da leitura de obras da chamada literatura negro-brasileira, com a intenção de gerar uma reflexão, mostrando a importância do bom trabalho com obras literárias para ajudar a promover um letramento racial.

É extremamente importante compreender como o racismo foi construído e renovado em nossa sociedade em todas as suas esferas. Para isso, é crucial conhecer a história dos diferentes povos que estão na origem de nossa cultura, de nossa sociedade e de nossa identidade. Vale ressaltar que esse conhecimento não se resume ao período escravocrata, os negros não surgiram para o propósito de servir aos brancos com trabalho braçal, e nem para viver às margens da sociedade. Todos os seres humanos possuem os meus direitos e deveres perante a sociedade e devem ter a mesma visibilidade e oportunidade de mostrar a sua ancestralidade, a sua cultura, a sua história, bem como poder ocupar espaços de prestígio, tendo uma vida digna, sem se preocupar com julgamentos quanto à sua cor, cabelo, religião, raça ou origem.

A luta contra toda discriminação e violência física e psicológica é constante e, é papel da escola, enquanto instituição de ensino que tem a função de oferecer a socialização e a democracia, dando acesso ao conhecimento e a construção de caráter ético e moral, de promover a empatia, o respeito e a valorização das diferenças. Na escola não deve haver espaço para a reprodução de atos preconceituosos e racistas, dessa forma, medidas devem ser tomadas para que esse cenário mude, sendo com a implantação e efetivação de uma boa capacitação de funcionários do corpo escolar e, principalmente, do corpo docente, para a implementação do letramento racial.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Nathália. Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 20 de novembro de 2019. Lupa. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>>. Acesso em 14 jan 2022

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
 AVILA, Matheus F. Franklin. MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: TRÊS VISÕES ACERCA DA LEGITIMAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL.
 BEZERRA, Paulo Roberto. **Formação do povo brasileiro: Diversidade cultural e suas implicações pedagógicas**. Monografia (Especialização em fundamentos da educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares). Universidade Estadual da Paraíba. Monteiro: 2014. 27 f. Disponível em:
[http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4845/1/PDF%20-%20Paulo %20Roberto%20Bezerra.pdf](http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4845/1/PDF%20-%20Paulo%20Roberto%20Bezerra.pdf). Acesso em 25 nov. 2020

BORGES, Elisabeth Maria de Fatima. **A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica**. Vassouras, v. 12, n. 1, p. 71-84, jan. /jun., 2010. Disponível em
 <[https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/vw/1IN8I5YjrMDY_MDA_606d5_/05A_IncI usaodahistoriaculturaafro.pdf](https://www2.olimpiadadehistoria.com.br/vw/1IN8I5YjrMDY_MDA_606d5_/05A_IncI%20usaodahistoriaculturaafro.pdf)> Acesso em 04 nov. 2020

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em
 <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embai_xa_site_110518.pdf> Acesso em 04 nov. 2020

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a base. Brasília Disponível em
 <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em 22 fev. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, DF, p. 1-37, 2004. Disponível em
 <<http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>> Acesso em 07 nov. 2020

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 25 nov. 2020

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em
 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm> Acesso em 04 nov. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB Nº 20/2009, de 11 de novembro de 2009. Revisão das Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf>. Acesso em 29 dez. 2021

CUNHA, Eliete Aparecida da. **Ruptura e renovação no conto de fadas**

brasileiro: Emília, Clara Luz e leitor em parceria lúdica. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Juiz de Fora: 2014. 121 f. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6562/1/elieteaparecidadepaulacunha.pdf>. Acesso em 25 nov. 2020

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:

<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022

DE JESUS FERREIRA, Aparecida. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**• v, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

DE OLIVEIRA, K.; FERREIRA, A. **Literatura Infantil Como Meio Articulador do Letramento Racial Crítico em Sala de Aula**. Revista Linguagem em Foco, v. 11, n. 2, p. 33-45, 23 mar. 2020. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/2910>. Acesso em 21 nov. 2020

DE OLIVEIRA, Kiusam. Literatura Negro-brasileira do Encantamento Infantil e Juvenil. **Abatirá-Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n. 1, p. 03-14, 2020.

FARIAS, Jessica Oliveira. **A representação do negro na literatura infantil**

brasileira. Revista Periferia, v.10, n.1, p. 17-32, jan. /jun. 2018. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/30495>. Acesso em 21 nov. 2020

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cad. CEDES vol.25 no.67 Campinas Sept./Dec. 2005. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622005000300009 &lang=pt. Acesso em 25 nov. 2020

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**.

Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 21 nov. 2020

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03*. Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade: Brasília 2005. p. 39-62.

HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. Revista Gazeta de Cuba – Union de escritores y artista de Cuba, Tradução Lia Maria dos Santos, p. 1-8, Jan-Fev. 2005.

Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/>>. Acesso em: 16 jan. 2022

JESUS, Michele Alves de. **Cultura afro-brasileira e indígena no ambiente escolar**. REIS, v. 1, n. 1. Jan.-ago. 2017. p. 35 – 50. Disponível em <<https://periodicos.furg.br/reis/article/view/7082/4888>> Acesso em 07 nov. 2020

JOVINO, Ione da Silva. **Literatura Infanto-juvenil com personagens negros no Brasil**. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré. (Org). Literatura Afro-brasileira. Salvador: Centro de estudos afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ceao-ufba/20170829041615/pdf_257.pdf> Acesso em 15 out. 2020

KRUG, Flavia Susana. **A importância da leitura na formação do leitor**. Revista de Educação do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. Vol. 10, Nº 22, ISSN: 1809-6220. Julho – Dezembro/2015. Disponível em: https://www.bage.ideau.com.br/wp-content/files_mf/4644be6704aa0facbf42315e890d07f6277_1.pdf. Acesso em 26 nov. 2020

LAJOLO, Marisa. **A formação do leitor no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira – História e Histórias**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LOPES, Janine Ramos. **Caderno do educador: alfabetização e letramento 1 / Janine Ramos Lopes, Maria Celeste Matos de Abreu, Maria Célia Elias Mattos**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 68 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5707-escola-ativa-alfabetizacao1-educador&Itemid=30192. Acesso em 21 nov. 2020

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites**. Estud. av. vol.18 no.50 São Paulo Jan./Apr. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006. Acesso em 25 nov. 2020

OLIVEIRA, Kiusam de. **O Black Power de Akin**. Ilustração de Rodrigo Luís de Andrade. São Paulo: Cultura, 2020.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Pedagogia da ancestralidade**. SESC eonline. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13431_PEDAGOGIA+DA+ANCESTRALIDADE. 2019. Acesso em 15 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Keila de. **Letramento racial crítico nas séries iniciais do ensino fundamental I a partir de livros de literatura infantil: os primeiros livros são para sempre**. Ponta Grossa: 2019. 174 f. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2884>. Acesso em 21 nov. 2020

PASSOS, Leandro; PASSOS, Luana. **O processo de afirmação da identidade negra em O Black Power de Akin de Kiusam de Oliveira e ilustração de Rodrigo Andrade**. Palimpsesto, Rio de Janeiro, v. 20, n. 35, p. 534-563, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/57458> Acesso em 15 maio 2021.

PEREIRA, A. L.; LACERDA, S. S. P. **Letramento Racial Crítico: Uma Narrativa Autobiográfica**. Travessias, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2019. Disponível em: <http://e->

revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/23612. Acesso em 21 nov. 2020

PRANDI, Reginaldo. Os orixás e a natureza. **São Paulo: USP**, 2005.

REIS, A. R. G; GODOY, A. R. G. L. **O ensino de leitura nos anos iniciais do ensino fundamental:** a proposta da Base Nacional Comum Curricular. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 3, p. 1025-1043, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/reis-godoy.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2020